A DESCOBERTA DA IMIGRAÇÃO: O CASO ITALIANO E A TRANSIÇÃO NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Helion Póvoa Neto[1]

O caso italiano apresenta-se entre os mais interessantes do ponto de vista de uma classificação dos países do mundo em áreas de emigração, de imigração e de trânsito. Apesar do esquematismo de tal repartição, há um uso corrente da mesma, quase que sugestivo quanto às condições de estabilidade, prosperidade e segurança social das populações nacionais.

Se aceitamos, ainda que como ponto de partida, a mudança de uma situação de nação de emigrantes para uma de área de trânsito rumo ao norte da Europa, e daí para uma posição de país de imigração, poderemos analisar alguns significados assumidos por tal transição na história recente. Ela não é relevante apenas do ponto de vista demográfico, mas igualmente – e, para os propositos deste trabalho, principalmente – do ponto de vista de como a nação se representa, de qual imaginario se alimenta e de quais políticas migratórias justifica.

Já na segunda metade da década de setenta, a I Conferência Nacional da Emigração de 1977, realizada em Roma, abordava o tema das migrações de retorno para a Itália e da necessária assistência do governo aos retornados. Logo após, o recenseamento nacional de 1981 acusava, pela primeira vez na história italiana, um incremento populacional devido a um saldo migratório positivo, provocado pelos retornos e, ainda de forma inicial, pela imigração. Parecia evidente uma inversão de tendência, depois de décadas de saldos negativos provocados pela grande emigração (Macioti e Pugliese 1991: 6).

Todavia, o país ainda não se “descobria” como de imigração. A entrada de estrangeiros nos anos oitenta se dava em áreas e contextos muito limitados, e dizia respeito basicamente ao ingresso de tunisianos atuando nos setores de pesca e agricultura na Sicilia e, nas grandes cidades, de trabalhadoras domésticas oriundas de países subdesenvolvidos, em geral países católicos latino-americanos, africanos, asiáticos, ou ex-colônias italianas. Não havia, naquele momento, uma atenção da imprensa e da opinião pública em geral a respeito (Ambrosini 2001: 16, Macioti e Pugliese 1991: 8, Pugliese 2002: 67).

[1] Departamento de Geografia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Nùcleo Interdisciplinar de Estudos Migratòrios do Rio de Janeiro (NIEM-RJ)
helion_povoa@yahoo.it

A Itália se tornava um país de imigração quase sem se dar conta, e sem se preparar para gerir esta nova situação, tanto do ponto de vista institucional quanto do social. Disso era testemunha o fato de a primeira intervenção legislativa a reconhecer e tentar regular o fenômeno datou de 1986, quando já tinha ocorrido, há cerca de uma década, a inversão nos saldos migratórios. Até então, não existia juridicamente a figura do imigrante, mas apenas a do estrangeiro, à qual diziam respeito normas de segurança pública que datavam ainda do período posterior à Primeira Grande Guerra (Ambrosini 2001: 17).

A quase ausência da categoria "imigrante estrangeiro" era indicada também pelo hábito de se designar como imigrantes [immigrati], nas cidades do norte italiano, os italianos provenientes das regiões do Sul (Gabaccia 2000: 168).

Além da imagem de país de emigração, era também forte a noção de que boa parte dos extracomunitários que atravessavam as fronteiras nacionais o fazia como etapa de passagem rumo aos países do norte europeu. Esta percepção teve reflexos inclusive na maneira como a Itália enfrentou a questão dos refugiados e solicitantes de asilo. Até 1990, o país era signatário da Convenção de Genebra de 1951, que reconhecia os direitos dos refugiados; porém, diferentemente de outros países europeus, aplicava à mesma a chamada "reserva geográfica", ou seja, previa o acolhimento somente a refugiados provenientes do próprio continente, basicamente da sua porçao oriental. A Itália considerava como sua atribuicao apenas garantir assistência a refugiados que se dirigiam a outros países do Oeste (Delle Donne 2004: 86).

A"descoberta" da imigração na Itália foi acompanhada pelo reconhecimento do fenômeno dos chamados "novos países de imigração" na orla do Mediterrâneo, que passaram por processos analogos ao italiano, sendo esses novos países a Espanha, a Grécia e Portugal. Todos eles caracterizados por um passado de países de emigração, a princípio transcontinental mas também, posteriormente, para os países centrais europeus. No caso aqui examinado, tratava-se, como já observado por alguns autores, de uma mudança profunda da inserção nacional da Itália na geografia das migrações internacionais (Carella et al. 2002: 19).

Face ao aumento das restrições à imigração nos países do Norte, à vizinhança geográfica face aos países da margem meridional do Mediterrâneo (em processo de transição demográfica), ao fraco controle exercido em suas fronteiras, Itália, Espanha e – em menor medida – Grécia transformaram-se paulatinamente em países de recepção de imigrantes (Carella e Pace 1997: 138).2 No caso italiano, deve-se somar, aos elementos

2 Nas palavras de Maurizio Ambrosini, "a Itália começou a tornar-se um país de imigração justamente quando os países da Europa Centro-Setentronial, que por décadas haviam importado mão-de-obra estrangeira, decidiram não mais sê-lo. Ao menos oficialmente." (2001: 15)

citados acima, o fato da peninsula ter se tornado destino conveniente também para refugiados da Europa Oriental e Balcãs. (Carella e Pace 1997: 138)

Após um período de consolidacao dos novos fluxos para a Itália ao longo dos anos oitenta, no início da década seguinte passava-se a dispor de instrumentos estatísticos e de uma base documental mais consistente para a avaliação da nova situação do país no que tangia aos movimentos migratórios. Não por acaso, o ano de 1990 assistia à realização, em Roma, de uma Conferência Nacional voltada já especificamente para a imigração (Macioti e Pugliese 1991: 13).

Todavia, o número e a composição da população de estrangeiros estimados no país na década de oitenta não apontavam ainda para a preocupação com a "invasão de imigrantes" tal como se estabeleceria posteriormente. Em 1981, os maiores grupos de estrangeiros vivendo na Itália eram nativos dos Estados Unidos, da Alemanha e da Grécia (Gabaccia 2000: 170). Ou seja, não se tratava, majoritariamente, de "extracomunitários" [extracomunitari], aqueles oriundos de fora da União Européia que comporiam o substrato referencial para a retórica da invasão que cresceria nos anos noventa.

Seria necessário, para compreender a hegemonia de tal retórica, acompanhar como a falta de conhecimento quanto a estas correntes imigratórias que se iam delineando, e que poderia ser lida também como uma indiferenca, deu lugar não só a uma percepção mais embasada em instrumentos de mensuracao e análise, mas igualmente a uma hostilidade frente aos imigrantes (Dal Lago 2004: 25). Hostilidade esta cuja contraface é a percepção da ameaça, do perigo da invasão.

A chegada em massa de albaneses à costa Adriatica durante boa parte da década de noventa já fornecera as imagens que talvez tenham pela primeira vez alimentado a retórica da invasão. É interessante acompanhar como se deu esse processo e algumas das reações suscitadas.

O primeiro desembarque de refugiados albaneses ocorreu em 1990, com acolhimento de autoridades políticas e gestos de solidariedade da população condizentes com aqueles que se apresentavam como fugitivos de um regime considerado odioso. Nos meses sucessivos, chegaram mais 25.000 pessoas, recebidas ainda com generosidade, mas de forma improvisada pelas autoridades públicas. As ondas de desembarques que se seguiram mudaram a atitude para medo e fechamento, além de revelarem cisoes entre razões de natureza política e humanitária, na medida em que a Caritas e os bispos

divergiram da atitude do Ministro do Interior (de filiacao partidária democrata cristã) quanto a repatriar por via aérea 21.000 albaneses (Ambrosini 2001: 23-24).3

Causaram viva e negativa impressão as imagens, difundidas não só na Itália como em todo o mundo, do navio albanes Vlora que em agosto de 1991 atracou em Bari com uma carga de 11.000 refugiados (Giustiniani 2003: 42). As cenas da multidao, impedida de entrar no território nacional e alojada em um campo aberto, convidavam a desagradaveis associações com outros momentos históricos.

Em 1998, a Itália aderia ao Tratado de Schengen, em meio a dúvidas dos demais membros quanto a se o país seria capaz de atender às obrigações do tratado, haja visto a avaliação de que durante os anos oitenta sua política de imigração voltara-se mais para anistias e regularização de estrangeiros no território nacional do que para a contenção de fluxos de chegada (Geddes 2003: 157-158).

O tema dos clandestinos e extracomunitários tornou-se politicamente explosivo por ocasião da eleição da coalizao de centro-direita capitaneada por Silvio Berlusconi, que chegou ao governo em 2001. (Geddes 2003: 157).

O exame das estatisticas quanto a demandas de asilo durante o período considerado evidencia que a Itália, no que tange ao número de pedidos, se encontrava num dos últimos postos da Europa. Na verdade, o que ocorria era uma queda no total de demandas de asilo apresentadas.4

O tema da “invasão extracomunitária” começa a viver sua era de hegemonia, e o principal foco da política de imigração passa a ser o dos controles de fronteira, em colaboração com outros estados, com uso de novas tecnologias e o estabelecimento de uma polícia de fronteira. (Geddes 2003: 159).

O discurso da invasão traz o pressuposto de serem os imigrantes inassimilaveis, portanto ameaças potenciais à homogeneidade nacional. A imigração traria então a possibilidade de um ataque à segurança da sociedade, tanto por afetar a coerência da identidade nacional, quanto por favorecer o terrorismo, o tráfico de drogas, a delinqüência... (Bigo 2004: 11).

Por ocasião das freqüentes chegadas de barcos com imigrantes e solicitantes de asilo ao litoral da Puglia, da Sicilia ou da Calábria, o noticiario dos meios de comunicação de massa cumpre papel importante na construção do que Marcella Delle Donne denomina

[3] Segundo Corrado Giustiniani, o número de repatriações teria sido de 17.700 (2003: 46).

[4] Durante período de radicalização da campanha eleitoral, e das primeira medidas anti-imigrantes do novo governo após 2001, o número de pedidos de asilo de fato estava em queda: 33.000 em 1999, 15.500 em 2000, 9.620 em 2001, 7.281 em 2002. Se tomamos o caso do Reino Unido, veremos uma transição de 91.00 a 110.700 pedidos de asilo entre 1999 e 2001 (Delle Donne 2004: 92).

“sindrome da invasão”, praticando um discurso com termos evocadores de cenários de guerra, com referências a “patrulhas maritimas”, “navios de guerra”, “bloqueios navais”, “desembarques de clandestinos”, bem como declarações de políticos que pedem o uso de armas.5 Tudo isso contra uma situação comumente qualificada como emergenzia clandestini, na qual “bandos de desesperados”, “exercitos irregulares”, “gente disposta a tudo”, “traficantes” e “mafias da migração” atacariam a costa italiana (Delle Donne 2004: 126-127 e 145).6

Delle Donne sugere que a etiqueta “clandestino” possua duas vertentes de interpretação. Na primeira, contrapoe-se à identidade nacional ou mesmo européia, associada a indivíduos sem bandeira, sem pátria, que buscam entrar furtivamente; tal contraposicao remete aos binomios ilegal/legal, ameaça/segurança, invasão/rechaço. Na segunda vertente, a etiqueta diria respeito a uma identidade negativa ligada ao parasitismo, à criminalidade, ao terrorismo, mesmo quando se trata de clandestinos reconhecidos como refugiados (2004: 148).

A segurança torna-se a chave através da qual se lê hoje o problema da imigração (Bigo 2000: 213). Mais que isso, existe uma intensificação dos medos da população através de expressoes como “bomba migratória”, remetendo a uma suposta situação de guerra.7 Pode-se dizer que o Estado de Segurança caminha para substituir o Estado Social, uma forma de governamentalidade a ser sustentada através da inquietação e da produção do mal-estar. (Bigo 2000: 232, Bigo 2003: 3).

O Islã aparece como simbolo maior do medo ao imigrante que não se integra, portador de “um mundo medieval e inferior” e uma ameaça à identidade cultural do Ocidente (Caldiron 2002: 31).

Não por acaso, um momento como o que sucede aos ataques terroristas em Nova York, em setembro de 2001, se torna particularmente propicio para os discursos anti-imigração. Um primeiro exemplo foi o pronunciamento de Berlusconi, duas semanas após aqueles eventos, em Berlim, quando discorreu sobre a superioridade do Ocidente frente ao mundo islâmico (Caldiron 2002: 29).

---

[5] Numa declaração de 2003, o Ministro das Reformas Umberto Bossi, líder histórico da Liga Norte, chegou a propor, em entrevista após mais um desembarque de imigrantes, “canhonaços” contra os barcos de clandestinos. Corriere della Sera, 16/6/03. http://www.corriere.it/Primo_Piano/Politica/2003/06_Giugno/16/bossi_intervista.shtml

[6] A retórica militarizada acabou por corresponder à realidade de pelo menos um tragico evento em 1997, a abordagem de uma corveta da marinha italiana que se chocou contra um barco carregado de refugiados albaneses no canal de Otranto, culminando no seu naufragio e na morte de mais de cinquenta passageiros.

[7] Um documento da Liga Norte qualifica os opositores decididos da imigração como “partigiani” que resistem à ocupação de forças armadas estrangeiras” (Caldiron 2002: 183).

O discurso antiislâmico da Liga Norte, partido integrante da coalizao de governo, é claramente voltado para a tematica mais geral da imigração e das políticas que com ela lidam. Estas são vistas como herança de uma esquerda que, com a pregacao multiculturalista, teria esquecido as raízes e a identidade padanas e, por extensão, italianas.8

Como a inserção nacional da Liga é problemática, é comum que as palavras de ordem contra a invasão dos imigrantes mencionem mais a Padânia do que a Itália como um todo, mais a comunidade local/regional que a nacional. Mas a pedra de toque no discurso padano é o da negacao do multiculturalismo, associado à globalização e à homogeneização cultural. Também a afirmação das "raízes cristãs" da Itália e da Europa é freqüentemente invocada como resistência à "islamização".9

Ampliando o enfoque regionalista da Liga para a escala da nação, também a Alianca Nacional – o outro partido que compõe a coalizao de governo com o partido de Berlusconi - o contribui para os alertas contra a invasão islâmica, como na declaração do responsável do partido pelas políticas de imigração, deplorando a "expropriacao" dos italianos em bairros das grandes cidades – cita Roma e Turim – que estariam sendo "invadidos" (Caldiron 2002: 180).

Diversos setores da Igreja Católica alertam para o perigo da islamização, sendo um expoente desta posição o Cardeal de Bolonha, Giacomo Biffi, que em 2000 figura os muçulmanos como decididos a "permanecerem diversos, à espera de fazer com que todos se tornem como eles" (Caldiron 2002: 35, Morra). A invasão extracomunitária representa, nessa perspectiva, um "primeiro instrumento de conquista", que suscita benevolencia mas que tem como objetivo "fazer ingressar na Umma10 os países que os hospedam" (Morra).

De um modo geral, o tema da superioridade do Ocidente e da ameaça que o mundo islâmico representa, com seus imigrantes, atravessa todo o pensamento da direita política organizada. Ainda que se tratando de uma determinada escritora e jornalista, vale aqui uma menção e breve comentário aos escritos de Oriana Fallaci, que publicou nos dias que se seguiram aos atentados de Nova York, no Corriere della Sera, um artigo extraordinariamente virulento contra o islamismo e os imigrantes.11 Tendo alcancado

---

[8] No ideario da Liga Norte, a Padânia compreende o grande vale do rio Pó (*Padus* em latim), o que representa a maior parte do norte da Itália, com a Lombardia, o Piemonte, a Liguria, o Vêneto e parte da Emilia-Romanha.

9 Em manifestação leguista realizada em Lodi contra a construção de uma mesquita, o slogan é "para que a sombra do minarete não possa jamais fazer sombra a um nosso campanario" (Caldiron 2002: 34).

[10] Comunidade de crentes muçulmanos (Allam 2002: 190)

[11] O texto foi publicado originalmente na edição de 29/9/01 do jornal, e encontra-se disponível em fhttp://digilander.iol.it/APKH/la_rabbia_e_l'orgoglio.htm. Uma versão ampliada e modificada foi publicada em livro a seguir.

grande difusão e provocado debates na Itália e no exterior, o texto virou livro ainda em 2001 e o debate teve continuidade numa outra publicação, em 2004.

A retórica da ameaça da invasão da Itália e do Ocidente como um todo pelos imigrantes, em especial os de fé muçulmana, permeia os dois livros.[12] Dentre os inumeros pontos que valeria a pena assinalar, numa análise do discurso da autora, está a tentativa de marcar uma diferença valorativa entre a emigração italiana do passado e a imigração estrangeira (em especial, islâmica) do presente. Fallaci tenta, em outras palavras, estabelecer um divisor de águas entre dois períodos históricos, e a partir daí qualificar a imigração na atualidade.

A clandestinidade da imigração na Itália de hoje, para Fallaci, "inquieta", porque "não é pacifica e dolorosa como a de nossos emigrantes um século faz", mas sim "presunçosa e prepotente". Não partiu de uma solicitacao, como ocorreu com os americanos, e sim da "própria iniciativa" dos que agora vêm (2002: 127-129).

Na obra de 2004, Falacci radicaliza o discurso da "invasão islâmica" e qualifica a Itália como "posto avancado" da colônia, da provincia do Islã em que a Europa estaria se tornando (2004: 35), segundo uma estratégia que não é apenas a da imposição cultural, mas igualmente da "política do ventre" (2004: 53-54), através da qual a população muçulmana tornar-se-ia majoritaria, no futuro, através da preponderância demográfica dos seus.

Os exemplos citados acima de discursos anti-imigração demonstram também como a cultura emerge como terreno semantico fundamental do discurso político, com uma celebração da integridade nacional-cultural que parece substituir discursos considerados inaceitáveis, como o do do apelo à pureza racial (Stolcke 2000: 163).

Através da diversidade cultural que introduz, o imigrante aparece como ameaça política à identidade e à integridade nacional. Tal associação só é possível porque o estado-nação é concebido como fundado sobre uma comunidade coesa e distinta, ligada a uma língua, a tradições culturais e a crenças comuns (Stolcke 2000: 171-172).

A impressão de um fenômeno aparentemente ameacador e ingovernavel é também reforçada é a exposição da opinião pública à imagem de grupos de imigrantes marginais, visiveis nas grandes cidades, em pontos de grande circulação como avenidas movimentadas, estações ferroviarias, e tentando sobreviver com atividades que atingem emocionalmente e geralmente incomodam, tais como a mendicancia, a venda irregular de mercadorias, a limpeza de parabrisas de carros... (Ambrosini 2001: 18)

[12] O primeiro texto de Fallaci foi objeto de análise em Póvoa-Neto 2004.

Na verdade, o trabalho dos imigrantes na Itália atual penetrou nos poros da sociedade, estando presente nos pequenos centros urbanos, nas áreas rurais, nas residencias domesticas. Esses imigrantes não se oferecem, porém, aos olhos dos transeuntes da mesma maneira, não contribuindo portanto da mesma maneira para alimentar sentimentos coletivos de rejeição.

Para uma conclusão ainda provisoria, e seguindo uma sugestão de Marcella Delle Donne (2004: 174-175), poder-se-ia pensar que a integração da Italia no espaço da União Européia criou uma percepção de pertencimento entre iguais, num espaço-tempo que implica, por um lado, na identificação entre os que "estão dentro" e, simultaneamente, na diferenciação frente aos "de fora". Ou seja, entre comunitários e extracomunitários.

A vivência desse espaço-tempo dos iguais é perturbada, porém, pela presença dos extracomunitarios, testemunhas que são da desigualdade e, ainda mais, na responsabilidade européia em processos históricos de colonização, de espoliacao, de utilização de recursos das áreas subdesenvolvidas. Mesmo os países com uma história de dominacao colonial mais modesta, como é o caso da Itália, assumem o seu peso na medida mesma em que abracam de forma decidida a identidade da Grande Europa.

As condições de desigualdade, agravadas por situações de conflitos e de violência generalizada, respondem pelos fluxos de imigrantes e refugiados, figuras essas que podem se confundir dada a profunda imbricaçao entre processos econômicos e políticos nas suas áreas de origem. Seriam então, segundo a autora cuja análise se adota aqui, "as sombras da nossa má consciência a desencadear a sindrome da invasão", sendo a reação dos que se consideram vítimas da invasão uma espécie de "estratagema" segundo o qual atribui-se ao Outro a responsabilidade pelo mal-estar, pelo incômodo cauado (Delle Donne 2004: 175-176).

O imigrante como invasor poderia ser também pensado como inimigo simbólico, que absorve as necessidades mais diversas de hostilidade, assim como inimigo estrutural, necessário que é à formação de identidades, do "nós" que aparece como exigência social (Dal Lago 2004: 11-13). Nesse sentido, os medos despertados pela imigração seriam reveladores da natureza da nossa sociedade, na qual há uma necessidade de estabelecer quem está "dentro" – com a garantia de certas "seguranças" – e quem, vindo de "fora", pretende entrar, invadir, numa palavra, roubar, as seguranças já conquistadas.

REFERÊNCIAS

ALLAM, Khaled Fouad. L'Islam globale. Milão: Rizzoli, 2002. 207 p.

AMBROSINI, Maurizio. La fatica di integrarsi. Immigrati e lavoro in Italia. Bolonha: Il Mulino, 2001. 211 p.

BIGO, Didier. Criminalization of "migrants": the side effects of the will to control the frontiers and the sovereign illusion. Paper to the Conference "Irregular Immigration and Human Rights". University of Leicester, UK, Centre for European Law and Integration, June 2003. 25 p.

BIGO, Didier. Sicurezza e immigrazione. Il governo della paura. In: S. Mezzadra, A. Petrillo (org.) I confini della globalizzazione. Lavoro, culture, cittadinanza. Roma: Manifestolibri, 2000, 213-239. 265 p.

CALDIRON, Guido. Lessico postfascista. Parole e politiche della destra al potere. Roma: Manifestolibri, 2002. 183 p.

CARELLA, Maria, PATERNO, Anna, STROZZA, Salvatore. Confronto tra i modelli insediativi degli extracomunitari in Italia e Spagna negli anni novanta. In: L. Di Comite, A. Paterno (org.) Quelli di fuori. Dall'emigrazione all'immigrazione. Il caso italiano. Milão: FrancoAngeli, 2002, 14-49. 240 p.

CARELLA, Maria, PACE, Roberta. Italia e Spagna: similitudine e divergenze in tema di migrazioni internazionali. In: C. Brusa (org.) Immigrazione e multicultura nell'Italia di oggi: la cittadinanza e l'esclusione, la "frontiera adriatica" e gli altri luoghi del'immigrazione, la società e la scuola. v. 2. Milão: FrancoAngeli, 1997, 137-155.

DAL LAGO, Alessandro. Non-persone. L'esclusione dei migranti in una società globale. Milão: Feltrinelli, 2004. 1. ed. ampl. 277 p.

DELLE DONNE, Marcella. Un cimitero chiamato Mediterraneo. Per una storia dell diritto d'asilo nell'Unione Europea. Roma: DeriveApprodi, 2004. 200 p.

FALLACI, Oriana. La rabbia e l'orgoglio. 7. ed. Milão: Rizzoli, 2002. 163 p.

FALLACI, Oriana. La forza della ragione. 6. ed. Milão: Rizzoli, 2004. 279 p.

GABACCIA, Donna R. Italy's many diasporas. Seattle: University of Washington Press, 2000. 264 p.

GEDDES, Andrew. The politics of migration and immigration in Europe. Londres: Sage, 2003. 220 p.

GIUSTINIANI, Corrado. Fratellastri d'Italia. Vite di stranieri tra noi. Roma e Bari: Laterza, 2003. 198 p.

JESUIT Refugee Service. Detention in Europe: administrative detention of asylum-seekers and irregular migrants. http://www.irr.org.uk/pdf/JRS_european_detention.pdf. Bruxelas: 2004. 185 p.

MACIOTI, Maria Immacolata, PUGLIESE, Enrico. Gli immigrati in Italia. Bari: Laterza, 1991.

MORRA, Gianfranco. Tutti pazzi per Allah! Ufficio Insegnamento Religione Catolica – Arcidiocesi di Palermo. http://www.ufficioirc.arcidiocesi.palermo.it/attualita/Articoli/articolo1971.htm.

PÓVOA-Neto, Helion. Rejeição e criminalização das migrações na nova ordem internacional após o 11 de setembro. In: Serviço Pastoral dos Migrantes (org.) Migrações: discriminação e alternativas. São Paulo: Paulinas, 2004, 11-23. 93 p.

PUGLIESE, Enrico. L'Italia tra migrazioni internazionali e migrazioni interne. Bolonha: Il Mulino, 2002. 145 p.

SCHUSTER, Lisa. State racism and its techniques. Open Democracy, 16/10/2003. http://www.opendemocracy.net/debates/article-10-96-1547.jsp

STOLCKE, Verena. Le nuove frontiere e le nuove retoriche culturali della esclusione in Europa. In: S. Mezzadra, A. Petrillo (org.) I confini della globalizzazione. Lavoro, culture, cittadinanza. Roma: Manifestolibri, 2000, 157-181. 265 p.